

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Paulo César dos Santos Cortez, brasileiro(a) Solteiro, letrado, portador do CPF: 747.368.832-00, residente na Rua: Eng. Celso Augusto, 20, Bairro: Aldéio, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 29/08/2019.

Contratante: Paulo César dos Santos Cortez

Contratado:

OAB/7469

Testemunhas:

CPF nº _____

Testemunhas:

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Raulo César dos Santos Cortez, brasileiro(a)-
Solteiro, Mecânico, portador do RG nº 34258208, e do
CPF nº 717.368.831.00, residente na
RUA: Eng. Fabio Araujo 10, BAIRRO:
Abolicão, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado
OAB/PB 16928 podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº
986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o
foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de
cobrança na Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada,
confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações,
dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar
acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente
ação, apresentar recurso e contra razões, junto bem como,
substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar
alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do
julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo
ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente,
junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para
garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os
atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 29/08/2019

Outorgante:

Raulo César dos Santos Cortez

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Raulo Cesar dos Santos, brasileiro(a), Solteiro, Mecânico
portador do RG nº 44218208, e do CPF 447.368.831-00 residente na
Eng. Fabio Araujo, na Cidade de Mossoro - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoro - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 29/08/2019.

Declarante: Raulo Cesar dos Santos

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Paulo ezequiel dos Santos Cortez brasileiro, Solteiro,
letrado, com CPF nº 717.368.834-09 residente na
Rua Eng. Fábio Araújo nº 10, BAIRRO: Abelardo,
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 29/ Agosto/ 2019

Declarante: Paulo ezequiel dos Santos Cortez

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.

=



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CAMIÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1759129956

PROIBIDO PLASTIFICAR
1759129956

NOME: PAULO CEZAR DOS SANTOS CORTEZ

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 14218208 SSP MT

CPF: 717.368.831-00 DATA NASCIMENTO: 06/06/1981

FILIAÇÃO: FRANCISCO PAULO CORTEZ
ZILDA MIRANDA DOS SANTOS

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: AD

Nº REGISTRO: 02547473651 VALIDADE: 27/03/2024 1ª HABILITAÇÃO: 04/07/2001

OBSERVAÇÕES:

Paulo Cezar dos Santos Cortez

LOCAL: MOSSORO, RN DATA EMISSÃO: 18/03/2019

Octávio Santiago Filho
Diretor Geral - Detran/RN

ASSINATURA DO EMISSOR: 53869685697 RN705212718

RIO GRANDE DO NORTE

caern
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Trôl, CEP 59015-000
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.426-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO
FONE: 3115 ALDEPT - 15-56
FAX: 3115 BELL
R. CLIENTE: TRAIAR, RN 59000

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS
IMPRESSO EM 02/08/2019 ÀS 09:20:16

MATRICULA: 2960237 MÊS / ANO: 08/2019

DADOS DO CLIENTE
MAURO SERGIO DOS SANTOS CORTEZ
RUA ENG. FABIO ARAUJO, N. 10 - CEP 59612230 -
ABOLICA MOSSORO RN 59600-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEC. ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS
301.010.044.0814.000	1	7675	1

HIDRÔMETRO: Y13T331191 SITUAÇÃO ÁGUA: CORTADO SITUAÇÃO ESGOTO: LIGADO

CONSUMO ÁGUA (M3): 0

DATA LEITURA: 02/08/2019
LEIT. ATUAL: 122
LEIT. ANT.: 122
DIAS CONSUMO: 32

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
07/2019	0	05/2019	0	03/2019	0	0
06/2019	0	04/2019	0	02/2019	0	0

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA		27,99
ESGOTO		0,55
70.0% DO VALOR DE ÁGUA		
MULTA P/IMPONTUALIDADE 07/2019		

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	27,99	1.65	0,46
COFINS	27,99	7.6	2,13

VENCIMENTO: 13/08/2019 TOTAL A PAGAR: 28,54

DE 01 A 31/08/19 NEGOCIE OS DEBITOS VENC. ATE 02/19 COM DESCONTO, PARC. EM ATE 48 MESES, PAGTO A VISTA DESC. 100% EM JUROS E MULTAS

Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5.0 uT	6.0 a 9.5	% de Ausência	0.2 a 2.0 mg/L	≤ 10.0 mg/L
Valores Obtidos	0.1	7.4	100.0 %	0.5	--

82630000000 5 28540006301 9 00296023701 0 08201910003 9

MATRICULA: 2960237 MÊS / ANO: 08/2019 VENCIMENTO: 13/08/2019 TOTAL A PAGAR: 28,54

caern
COMPROVANTE DA CAERN





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1895, Trol, CEP 59015-000
RUA ENG. FABIO ARAUJO, N. 10 - CEP 59612230 -
ABOLICA MOSSORO RN 59600-000
CNPJ: 08.334.306/0001-35 / INSC. Estadual: 20085.420-3
Admin. Central (04) 3223-4432 / Ouvidoria: (04) 3223-4062

COMPROVANTE DE ATENDIMENTO
CLIENTE: 316
DATA: 115

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS
IMPRESSO EM 02/08/2019 ÀS 09:20:16

MATRÍCULA: 2960237 MÊS/ANO: 08/2019

DADOS DO CLIENTE

MAURO SÉRGIO DOS SANTOS CORTEZ
RUA ENG. FABIO ARAUJO, N. 10 - CEP 59612230 -
ABOLICA MOSSORO RN 59600-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SERIAL	QUANTIDADE DE ECONOMIAS
301.010.044.0814.000	1	7675	1
HIDRÔMETRO Y13T331191	SITUAÇÃO ÁGUA CORTADO	SITUAÇÃO ESGOTO LIGADO	

CONSUMO ÁGUA (M³): 0

DATA LEITURA: 02/08/2019
LEIT. ATUAL: 122
LEIT. ANT.: 122
DIAS CONSUMO: 32

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
07/2019	0	05/2019	0	03/2019	0	0
06/2019	0	04/2019	0	02/2019	0	0

DESCRICAÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		27,99
ESGOTO		0,55
70.0% DO VALOR DE ÁGUA		
MULTA P/IMPONTUALIDADE 07/2019		

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	27,99	1.65	0,46
COFINS	27,99	7.6	2,13

VENCIMENTO: 13/08/2019 TOTAL A PAGAR: 28,54

DE 01 A 31/08/19 NEGOCIE OS DEBITOS VENC. ATÉ 02/19 COM DESCONTO,
PARC. EM ATÉ 48 MESES, PAGTO A VISTA DESC. 100% EM JUROS E MULTAS

PARÂMETROS	TURBIDEZ	PH	COL. TOTAL	CLORO RESIDUAL LIVRO	NITRATO (mg/L)
VMP e Recomendação	≤ 5.0 uT	6.0 e 9.5	% de Ausência	0.2 a 2.0 mg/L	≤ 10.0 mg/L
Valores Obtidos	0.1	7.4	100.0 %	0.5	--

82630000000 5 28540006301 9 00296023701 0 08201910003 9



MATRÍCULA	MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
2960237	08/2019	13/08/2019	28,54



COMPROVANTE DA CAERN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAIS

DETRAN - RN
Nº 013702370330
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1
COD. RENAVAM 0141328779
RNTTO *****
EXERCÍCIO 2018

NOME FRANCISCO PAULO CORTEZ

CPF/CNPJ 240.907.869-91

PLACA ANT./R 0384421/RN

CHASSI 9C2JC70000R100486

ESPECIE TIPO GASOLINA

PASSEAGIRO/MOTOMETA/CMO APPLICAVEL

MARCA/MODELO HONDA/BIZ 110I

CAP/PO/CH 0CV/109 CILINDRADAS

CATEGORIA PARTICULAR

COTA UNICA R\$ 0.00

VENO. COTA UNICA 16/02/2018

PARCELAMENTO/COTAS R\$ 002013 3X R\$ *****

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) FRENTO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

TAXAS DETRAN: PAGO *** DEPVAT: PAGO *** OBSERVAÇÕES

ATEN. FID. EM FAVOR DE: 03.634.220/0001-65

BANCO HONDA S/A

MOTOR: JC70EDJ10572

MOSSORO/RN

SISTEMA SECEX da Silva
Cardeira de Registro de Veículos
DETRAN - RN

DATA 19/01/2018

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIAGEM PRESTRE OU POR SUBCARGA APRESSADA
TRANSPORTADAS OUNAO SEGURO DPVAT

RN Nº 013702370330 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1
COD. RENAVAM 0141328779
RNTTO *****
EXERCÍCIO 2018

CPF/CNPJ 240.907.869-91

PLACA 0384421

CHASSI 9C2JC70000R100486

ESPECIE TIPO GASOLINA

PASSEAGIRO/MOTOMETA/CMO APPLICAVEL

MARCA/MODELO HONDA/BIZ 110I

CAP/PO/CH 0CV/109 CILINDRADAS

CATEGORIA PARTICULAR

COTA UNICA R\$ 0.00

VENO. COTA UNICA 16/02/2018

PARCELAMENTO/COTAS R\$ 002013 3X R\$ *****

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) FRENTO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

TAXAS DETRAN: PAGO *** DEPVAT: PAGO *** OBSERVAÇÕES

ATEN. FID. EM FAVOR DE: 03.634.220/0001-65

BANCO HONDA S/A

MOTOR: JC70EDJ10572

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.240.808/0001-04

JUN-2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
SECRETARIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Rua: Felipe Camarão, 968 – Doze Anos – Mossoró/RN – CEP: 59.603-340 – Fone: 84 3315-4727

DECLARAÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 371 / 2019

ANTES DE PREENCHER LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. São obrigatórias todas as informações marcadas com asterisco (*);
2. Este requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes DOCUMENTOS:
 - a) Foto cópia (xerox) legível da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do condutor;
 - b) Cópia do documento do veículo (CRLV);
 - c) Se o proprietário ou condutor possuir um representante legal, este deverá juntar a procuração com firma reconhecida;
3. Preencher com letra legível, utilizando caneta azul ou preta;
4. A assinatura do declarante deve ser original e igual à constante no documento apresentado.

INFORMAÇÕES DO ACIDENTE

DATA DO OCORRIDO* 02/08/2019 HORÁRIO* 18:20 LOCAL DO ACIDENTE (SINISTRO)* Aeroporto 2

DECLARANTE

NOME* Paulo Vitor dos Santos Costa
Nº DE IDENTIDADE (RG) / ÓRGÃO EMISSOR / UF* 1421 820-8 CPF/CNPJ* 717-368.831-00 DATA NASCIMENTO* 06/06/1981 SEXO* Masculino
NATURALIDADE* Paraná ESTADO CIVIL* Solteiro OCUPAÇÃO* Mecânico
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA...)* Engenheiro Fábio Araújo NÚMERO* 10
COMPLEMENTO* BAIRRO* Adriano 2 CEP* 5600602
CIDADE* Mossoró UF* RN TELEFONES* (84) 98888.4495
CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)*

VEÍCULO

PLACA DO VEÍCULO* 095421 UF* RENAVAM* 0014132.8779 MARCA/MODELO* B12110 CHASSI* 962J6700J310086

CONDIÇÃO

☒ Condutor ☐ Pedestre ☐ Testemunha ☐ Outros:

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO DECLARANTE

Eu soube na rua Aderson Dutra no momento que ocorreu o acidente com a moto e fui ao domo materno





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

SECRETARIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Rua: Felipe Camarão, 968 – Doze Anos – Mossoró/RN – CEP: 59.603-340 – Fone: 84 3315-4727

DECLARAÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº _____ / _____

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO DECLARANTE

Area for declaration text, currently blank with a large blue scribble.

PARA PREENCHIMENTO DO DECLARANTE

As informações descritas são de inteira responsabilidade do declarante, sob pena de responderem pelos crimes dos Artigos 299 (Falsidade ideológica) e o 342 (Falso testemunho) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha(...). Decreto-lei no 2.848/1940 – Código Penal. Ressaltamos que os Agentes da Autoridade de Trânsito Municipais da cidade de Mossoró não estavam presentes no momento da ocorrência, logo o referido documento não substitui o Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito - BOAT da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito.

O documento foi confeccionado em razão do direito de petição do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal e das recomendações nº 01/2015 e nº 02/2015 PmJM.

Mossoró
Local e data

06/08/2019

Paulo César do Nascimento

Assinatura do Declarante (igual ao documento apresentado)

PROTOCOLO DA SESEM

Recebido em _____ / _____ / _____

Assinatura/Carimbo

Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria de Mobilidade Urbana

Bruno Figueiredo C. de Lima
Det. 13.003-2



PAGUE SEGURO

Como Pagar
 Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

SINISTRO 3190521192 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

CPF/CNPJ: 71736883100

Posição em 10-10-2019 19:26:05

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Boletim de ocorrência	Vítima	Não Conforme	
Autorização de pagamento	Beneficiário	Não Conforme	PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
11/09/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	



SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 57122 /2019

Admissão: 02/08/2019 16:40:57

OK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 46197 - PAULO CEZAR DOS SANTOS CORTEZ (38 a 1 m 26 d)

Nascimento: 06/06/1981

Natural: PEDRO GOMES BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700002734264301

CPF: 71736883100

Prof:

Mãe: ZILDA MIRANDA DOS SANTOS

Pai: FRANCISCO PAULO CORTEZ

Logradouro: ENGENHEIRO FABIO ARAUJO, 10

CEP: 59612203

Bairro: ABOLICAO II

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.988884495

Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: NÃO REGULADO

Origem: FAMILIA

*Empresa:

OBS:						Classificação:			PESO:	
						02/08/2019 16:36:06				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS	

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: QUEDA DE MOTO(SIC) AGORA, CEFALÉIA, DOR TORÁCICA, DOR EM TORNOZELO D

Hora: 16:56

paciente vítima de queda moto às 16:20
acontecendo e conduzido ao HRTM por terceiros

A - Voz clara audível, sem alterações

B - MV+ bilaterais, simétricos e difusos

C - Hemodinamicamente estável, sem sangramento ativo

D - Glasgow 15, reflexos mesocrescativos

E - Rfem dor no tornoz, ombro direito sem limitação funcional, dor no tornozelo e pé direito.

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1) Avaliação do atendimento			
2) Rx de tornozelo D e E			
3) Analgesia			

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID

Proc.

Data:

/

/19.

Hr:

:

Médico:

*Gerado via SX por MARIA DO CARMO DE LIRA SILVA. Impresso em 02 de Agosto de 2019.

(Assinar e Carimbar)

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
BAME MOSSORO 26/08/19Francisco Carneiro - Médico
BAME / ARQUIVO
1102 - 150.2430

57.122

Vipim de acidente de morte sendo
querendo dar a liberdade p/
Pisa com fapto pe' @
Neurosculn Oh
p pe' @ + Taz @ fapto
Cd: lalo luti + alla

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
BAME MOSSORÓ 16/06/19

Francisco Kennedy S. Tavares
BAME / ARQUIVO

met. 150.3430





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0818142-34.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias, adequando o valor da causa ao proveito econômico pretendido, consoante artigo 292, V, do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 11 de outubro de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE



Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Rua Doutor Luiz Carlos, 275,

Dom Elizeu-Assú-.RN

Tel.: (84) 9. 9991-1313.

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 6^a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.**

Processo: 0818142-34.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM

AUTOR: PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

RÉU: SEGURADORA LIDER.

Douto.(a) Julgador.(a),

PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho proferido nos autos, expor e ao final requer o seguinte:

Fora proferido despacho exaurido nos autos sobre o seguinte teor:

“ Intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial no prazo de 15 (quinze) dias, adequando o valor da causa ao proveito econômico pretendido, consoante artigo 292, V, do Código de Processo Civil. ”



Esclarece a parte promovente que devido restrição imposta de forma absoluta pelo art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, deixou de atribuir valor determinado, final, visto que, o legislador pátrio, não possibilita meios reais para que a defesa possa mensurar tal quantum, visto que, existe tratando de DPVAT, um fator condicionante que é prova pericial a ser auferida durante a instrução processual.

Ocorre que como Vossa Excelência, reportou no despacho tendo determinado que a parte requerente:

“adequando o valor da causa ao proveito econômico pretendido”

Na verdade o Douto Julgador, apresentou uma solução plausível e plenamente possível, para que em demandas futuras a defesa possa fixar o **“valor da causa”**, apresentando ao Juízo, o **“proveito econômico pretendido”**, tomando como base a graduação firmada na “Tabela”, levando-se em consideração a localização da debilidade suportada pelo autor.

Como se tem pleno conhecimento o “valor da causa”, parte do princípio do valor a ser buscado junto ao Poder Judiciário. Todavia, o Douto Julgador, fica restrito ao resultado da prova pericial, conforme valores fixados na “Tabela”, como fora sumula, se não vejamos:

Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Resta indubitável que somente após a realização da prova pericial é que a parte autora poderia ser firmado o valor a ser atribuído a causa, por tal circunstância não fixou de imediato o quantum. Todavia, com o entendimento hoje apresentado esclarece que esse fato não será mais repetido pela defesa da parte promovente .

Ora Douto Julgador, a posição descrita no parágrafo anterior só fora efetivada devido ao disposto na Lei nº 11.945/09, que inseriu à legislação uso da “Tabela” que trata sobre os percentuais a que serão submetidas as vítimas de acidente de trânsito, conforme se vê abaixo:

*Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).*



Observa-se ainda que quanto ao valor da causa, o Código de Processo Civil Pátrio, já possibilitou a ocorrência de casos onde inicialmente, a parte não possa mensurar o quantum a ser atribuído, se não vejamos:

“ **Art. 324.** O pedido deve ser determinado.

§ 1º É lícito, porém, formular pedido genérico:

(...)-

II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

O dispositivo legal firmado no artigo 322, do CPC, determina:

“ *O pedido deve ser certo.*

§ 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

§ 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.”

Como resta observado o pedido deve ser determinado e certo, salvo exceções dispostas no **artigo 324, do CPC**, sendo assim, através da petição inicial o autor deve indicar o conteúdo pretendido. Todavia, tratando-se de DPVAT, não foi atribuído valor completo tendo suscitado o disposto no dispositivo legal retro citados pelas questões definidas no art., 31, II da Lei 11.945/2009.

Como vimos o pedido deve ser certo e determinado, porém há exceções, como nos casos de ações universais, petição de herança, DPVAT, dentre outras, onde não for possível a parte autora individualizar valores, bens dos demandados e, também, quando há a impossibilidade de determinação da amplitude dos danos relacionados as consequências dos atos ou fatos.

Adiante no artigo 325, do CPC, temos explícito:

“ *O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.*



Parágrafo único. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.”

Refere-se no âmbito do direito material à obrigação do devedor. Disposto na lei ou no contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz deverá garantir esta escolha, independente da formulação de pedido alternativo por parte do autor.

O fato é que o Código de Processo Civil, possibilita ao magistrado corrigir de ofício o valor da causa se não vejamos:

Art. 292, 3º CPC:

“O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

§ 3o O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.”

Como resta demonstrado o óbice imposto pelo art. 31,II da Lei nº 11.945/2009, não concede ao autor possibilidade de mensurar o valor da causa. Todavia, o Douto Julgador, encontra-se correto, quando faculta a parte requerente a possibilidade de apresentar: ***“o proveito econômico pretendido “.***

Desta forma, Excelência, não há como, desde já, avaliar o valor pretendido, tendo em vista que o mesmo depende do resultado do laudo médico pericial, este que trará o percentual de debilidade e o membro acometido, sendo condição *sine quo non* para obter o valor da indenização, não sendo possível mensurá-lo neste ato, sendo auferido na fase de instrução.

- DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V. Exa., que nos termos do art. 292, § 3º do CPC, seguintes do CPC, seja arbitrado valor da causa, dado prosseguimento a lide, sendo citada a parte demandada, em ato posterior seja determinado a realização da prova pericial, conforme disposição legal firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.



Mossoró-RN, em 11 de novembro de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

OAB/RN 7469.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0818142-34.2019.8.20.5106

Parte Autora: AUTOR: PAULO CESAR DOS SANTOS CORTEZ

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Vistos etc.

Em atenção às alegações trazidas pelo autor na petição de ID. Num. 50830162, é preciso mencionar que, de acordo com os arts. 291 e 292, V, do CPC/2015, a toda causa será atribuído valor certo e, nas ações indenizatórias, este corresponderá ao valor pretendido.

"Art. 291. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido;"

Ainda, nos termos do art. 292, §3º do CPC/2015, o juiz deve corrigir de ofício e por arbitramento o valor da causa quando verificar que não há correspondência quanto ao conteúdo patrimonial em discussão ou proveito econômico perseguido pelo autor. No caso dos autos, verifica-se que há verdadeiramente uma Ação de Cobrança em que o autor pleiteia que a demandada efetue o pagamento da indenização estabelecida pela Lei nº 6.194, de 19 de Dezembro de 1974, em virtude da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico. Dessa forma, considerando o que preceitua o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, os danos pessoais cobertos pelo seguro por invalidez permanente serão pagos até o montante máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Isto posto, com fulcro no que leciona o CPC/2015 em seu art. 292, §3º, arbitro o valor da causa em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ato contínuo, considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente, para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ /RN, 18 de dezembro de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)